

O arcabouço fiscal em perspectiva histórica

» PETRONIO PORTELLA FILHO

Consultor concursado do Senado e doutor em economia pela Unicamp

A PEC de Transição foi aprovada em 21/12/22 e se tornou a Emenda Constitucional nº 126. Ela determina que o teto dos gastos seja substituído por regime fiscal sustentável definido por lei complementar. Em 18 de abril, o governo Lula entregou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, que apresenta o arcabouço fiscal (AF). Ele deve pôr fim a uma era em que a política fiscal brasileira foi marcada por fanatismo e autoritarismo. Mas essa é uma história que precisa ser contada do início.

Era uma vez uma presidente chamada Dilma Rousseff, que foi derrubada por conspiração liderada por seu vice, Michel Temer. O vice, após assumir, deu giro de 180 graus na política econômica. Eleito por coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores, Temer destruiu direitos trabalhistas que vigoravam desde 1943 (CLT) e fez aprovar a Emenda Constitucional nº 95, que botou na Constituição uma aberração chamada Teto de Gastos.

O teto determinava que as despesas primárias (DP) fossem reajustadas só pelo IPCA, um indexador ainda por cima inadequado. Nos 20 anos anteriores à aprovação do teto, a variação acumulada do IPCA foi de 261%, a do deflator implícito do PIB, 390%, e a do PIB nominal, 749%. Se o teto fosse aplicado nos 20 anos anteriores a 2016, as DPs teriam encolhido de 19,9% do PIB para 8,5% do PIB. O teto era na verdade um esmagador de gastos.

O arcabouço fiscal (AF) veio substituir a aberração. Sua maior virtude é ser democrático. O teto estava previsto para durar 20 anos e só podia ser alterado por emenda constitucional. O arcabouço fiscal, pelo contrário, permite ao presidente eleito definir, por lei ordinária, os parâmetros fiscais do seu governo.

O arcabouço fiscal de Lula é centrista, nem desenvolvimentista nem austericista. Ele parte de um déficit primário de 0,5% do PIB em 2023 para chegar a um superávit de 1% do PIB em 2026. O histórico de Lula me leva a confiar nas projeções. Durante seus oito anos de mandato, ele manteve superávit primário médio de 2,2% do PIB. Lula não pode perseguir hoje o superávit de 2% porque precisa gastar para reconstruir as redes de proteção social e a máquina pública que Bolsonaro tentou destruir.

O ajustamento previsto no AF vai exigir que a despesa primária cresça até 70% do crescimento da receita primária, com piso de 0,6% e teto de



2,5%. As viúvas do teto não gostaram da regra. Elas preferem cortes radicais de gastos. Alegam que o arcabouço fiscal exige aumento da carga tributária. Na verdade, o AF de Lula exige apenas a retomada do crescimento. Sempre que o PIB aumenta, a receita cresce proporcionalmente. O Brasil cresceu bem durante o governo Lula: em média, 4,1% ao ano. Mas cresceu apenas 0,8% ao ano desde o impeachment.

Para que o PIB volte a crescer, o governo precisa investir. O AF cria um piso de R\$ 75 bilhões para os investimentos públicos, que pode receber bônus de R\$ 25 bilhões. Como o PIB é de R\$ 10 trilhões, tais investimentos vão representar entre 0,75% e 1% do PIB. É muito pouco.

A retomada do crescimento teria que ser comandada por investimentos privados. Difícilmente isso vai ocorrer se o Banco Central (BC) mantiver a Selic real em 8,5%. A saída estaria na oferta de crédito subsidiado por bancos federais. Tal saída foi dificultada pelo AF. Ele incluiu no limite (apertado) das despesas primárias os repasses aos bancos oficiais.

O teto de Temer, em seu escandaloso

radicalismo, excluía tais repasses do limite de gastos. O que motivou Haddad a ser mais realista que o rei? Não teria sido a crítica pública do presidente do BC aos empréstimos subsidiados? É preocupante a submissão de Haddad a Campos Neto.

A lei da autonomia do BC condiciona a manipulação dos juros ao cumprimento de metas de inflação ditadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Lula tem maioria no CMN, que é presidido por Haddad. As atuais metas de inflação (3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025), extremamente irrealistas, foram fixadas por Paulo Guedes. Se elas fossem aumentadas, o BC não teria pretexto para manter a Selic em 13,75%.

Haddad não aumentou as metas de inflação porque Campos Neto desaprovou. A palavra final sobre as metas passou a ser do Banco Central. A lei tornou o BC autônomo, Fernando Haddad o tornou independente. A covardia do ministro pode fazer prevalecer a mentalidade austericista do BC, inviabilizando a retomada do crescimento, condição sine qua non para a viabilidade do arcabouço fiscal.

Trabalho escravo no Brasil: vigiar é necessário

» BOB MACHADO

Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait)

Em um país com dimensões continentais e desigualdades abissais como o Brasil, vigiar é uma necessidade, principalmente quando a realidade insiste em expor os mais vulneráveis a pessoas e empresas que colocam o lucro acima de qualquer valor ético e moral. Desde a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (Gefm) em 1995, os auditores-fiscais do trabalho resgataram mais de 60 mil pessoas em situação de trabalho escravo.

Criminosos — e não há outro nome para quem pratica trabalho escravo e desrespeita os direitos mais básicos do ser humano — precisam entender que essas violações não cabem mais no Brasil do século 21. Não é possível saber a quantidade de pessoas e empresas que praticam esse crime no país, ou quantos trabalhadores estão em situação de violação de direitos, mas é possível verificar o volume de atividade dos auditores e como os resultados têm crescido, mesmo com o quadro de pessoal e estrutura se reduzindo gradualmente ao longo dos anos.

Apesar da falta de estrutura e dos cortes orçamentários, os resultados da fiscalização são expressivos. Apenas entre 2018 e 2022, apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, foram resgatados mais de 8 mil trabalhadores em situação de trabalho escravo.

Os números, infelizmente, não param por aí e alcançam também as nossas crianças e adolescentes — a terrível e persistente chaga do trabalho infantil. Somente no ano passado, 2,3 mil foram encontradas em situação de trabalho e pouco mais de 1 mil nas piores formas de trabalho infantil — as que comprometem gravemente o desenvolvimento físico ou moral da pessoa em desenvolvimento.

Na linha de frente contra o trabalho escravo, a exploração do trabalho infantil e outras violações e irregularidades trabalhistas, os auditores-fiscais do trabalho têm enfrentado pressões, ameaças e sobrecarga de trabalho. Dos 3,6 mil cargos disponíveis na carreira, pouco mais de 1,8 mil estão ocupados — um déficit de quase 50% e o menor contingente dos últimos 30 anos.

Para enfrentar esse quadro, além de medidas estruturais profundas no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária, é imprescindível ampliar o quadro de pessoal da Inspeção do Trabalho pela realização de concursos públicos regulares, além de valorizar e proteger esses servidores.

Quem resgatou e resgata essas pessoas em situação de vulnerabilidade é o auditor-fiscal do trabalho. Quem se expõe a riscos físicos e psicológicos no exercício do trabalho com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária

é o auditor-fiscal do trabalho. E esse servidor público, no sentido mais denso da expressão, é quem também por vezes sofre violências absurdas e inaceitáveis, culminando com a perda da própria vida, como nos alerta o emblemático caso da Chacina de Unaí, ocorrido há quase 20 anos.

Em um momento em que a defesa dos direitos dos trabalhadores e a promoção do trabalho digno são temas prioritários na agenda nacional e internacional, é fundamental que o governo reconheça a importância dos auditores-fiscais do trabalho. O servidor público também precisa de condições dignas de trabalho para executar uma tarefa tão sensível e, ao mesmo tempo, tão relevante para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) defende que o governo tome a categoria como prioritária na agenda de recomposição de cargos e salários. Os dados da fiscalização do trabalho são eloquentes: o Brasil ainda precisa avançar muito na direção de um bem-estar maior e generalizado para a população. Os auditores-fiscais do trabalho ajudam o país a percorrer esse caminho e são a linha de defesa mais importante contra retrocessos e barbaridades que ainda são cometidas todos os dias na cidade e no campo deste continente chamado Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pensantes pelo oceano

Novas tecnologias trazem consigo novos hábitos. A leitura de jornais em si tem sido um desses costumes que mudaram, quase de maneira radical, tanto para o leitor como para aqueles que cuidam da veiculação de notícias e vivem desse precioso ofício. São as exigências dos novos tempos e não adianta fazer cara de paisagem para essas mudanças, sob pena de o indivíduo se colocar à margem de um mundo em rápida transformação.

Até que ponto esses novos meios de comunicação facilitarão ou dificultarão a propagação das meias verdades e das mentiras sinceras, eis aí um tema que tem movido países em todo o mundo em busca do que chamam de regulação das mídias, o que no jargão antigo era chamado simplesmente de censura.

Um dos fatos a ser posto nesse assunto é que a multiplicação das fontes de notícias e sua capilaridade em todo o planeta, ao contrário do que muitos supunham, tirou da imprensa o tradicional, honroso e até então indiscutível posto de quarto poder. Outrora os cidadãos Kane, espalhados pelo mundo, aqueles que detinham o controle das rotativas, elegiam e destruíam governos ao simples toque do teclado da máquina de escrever. Nessa época, pouco antes e depois das duas Grandes Guerras, a imprensa dava as cartas e não raro, vencida o jogo da política, não pelo blefe, mas pelo inegável poder da palavra.

Não foram poucos os jornalistas, que utilizando o trampolim da imprensa, adentraram para a vida política, nas tribunas e nos governos e lá fizeram história. Esse era um outro tempo, anterior a quarta Revolução Industrial, quando a tecnologia, aliada à internet, virou o mundo e cabeça para baixo.

Hoje, a posição da imprensa, dentro de um Estado interconectado, bem como sua influência e poder dentro dos governos, foram revistas e deslocadas para uma outra posição, onde terá que encontrar agora, em meio às novas concorrências instantâneas, seu lugar ao sol. É justamente nesse novo lugar, iluminado pela luz do sol e da verdade, que somente aquelas plataformas de notícias que se apearem aos fatos, tal qual eles se apresentam, terão chance de prosperar.

Questões como as fake news, pós verdades e interpretações subjetivas dos fatos terão que se submeter e ser sopesadas sob a luz da verdade. Quem apostou que as novas tecnologias trariam apenas facilidades, observa hoje que a cada nova facilidade foi acrescentada também um novo obstáculo e uma nova exigência. Um dos entraves aqui fica por conta da adequação do velho e tradicional jornalismo, feito com as novas ferramentas trazidas pelas atuais tecnologias. À guisa de exemplo, podemos destacar aqui o trazem agora as manchetes dos jornais nacionais e o que observa a tempo e à hora, o noticiário português acerca do périplo que o atual presidente faz naquele país. São duas visões da visita separadas por um oceano de percepções. Com o acesso fácil a jornais e à imprensa televisiva portuguesa os leitores podem apontar por si só se há diferença no tratamento do fato e que diferenças são estas.

» A frase que foi pronunciada

César declarou que amava as traições, mas odiava os traidores.

Plutarco

Fácil e divertido

» Ensinar matemática despertando o interesse dos alunos é tarefa para educadores, não só para professores. Foi assim que a mestra Maria das Dores Brigagão teve a ideia de lançar a Fantástica Matemática, que é uma metodologia diferenciada com o objetivo de tornar o aprendizado mais agradável. Além dos livros, cadernos de exercícios e material complementar, já estão disponíveis em ebook na Amazon livros. As alunas do Sacre Coeur, que conheceram a professora Brigagão na década de 1970, torcem pelos vídeos curtos no Kawai.

Leitor

» Seriam reformas que agradariam aos eleitores o voto distrital, recall, candidaturas avulsas, fim do foro privilegiado, fim dos fundos partidários e eleitorais, de emendas secretas, da infidelidade partidária e do modelo de suplência. Ainda, prisão em segunda instância e fim de privilégios econômicos dos agentes públicos. O leitor Rubi Rodrigues acrescenta: empoderar a população com iniciativa de propor leis, referendo de leis polêmicas e conferir à Justiça a missão de livrar a cidade de predadores sociais — tal como os garís livram a cidade do lixo —, responsabilizando o Juiz pelas consequências do seu julgamento.

» História de Brasília

O supermercado está abastecendo atravessadores menos escrupulosos. O caso do azeite de oliva, do arroz e do leite é o indicio de que novas providências devem ser tomadas. (Publicada em 18.03.1962)